



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 073/2021,  
PUBLICADA NO DOE DE 24/07/2021, E MODIFICADA PELA PORTARIA Nº 026/2022,  
PUBLICADA NO DOE DE 09/04/2022.



## DECISÃO

Versam os autos sobre a Impugnação ao Edital de Chamamento Público nº 03/2023 apresentada pela ONG Educando para Vida, CNPJ nº 63.226.377/0001-83, sediada em Candeias/BA, subscrita pela representante legal, a Sra. Maria Isabel Moreira Hilling.

O Edital nº 03/2023 tem por objeto a Contratação de Equipe Técnica Operacional para Execução do “**Projeto Núcleos de Esporte Capoeira na Bahia**”, publicado no DOE no dia 14/09/2023.

### **Breve relato da impugnação**

Em síntese, o Impugnante se insurge contra o fato de o envio dos documentos ser na modalidade presencial, o que supostamente geraria ônus e despesas de transporte, mobilização e alimentação às Organizações da Sociedade Civil do interior do Estado que pleiteiam buscar participar do presente Chamamento Público, uma vez que não há previsão de envio na modalidade eletrônica ou mesmo possibilidade de postagem pelos Correios.

Nestes termos, requer a retificação do Edital de Chamamento Público, solicitando o acréscimo de previsão de entrega das propostas via Carta Registrada ou A.R., ou aceite do envio para o e-mail do protocolo da SUDESB.

### **Das Razões**

Inicialmente, elucida-se que a impugnação ao Edital de Chamamento é direito expresso no subitem 15.4, que versa sobre as considerações gerais do Edital 03/2023. Analisemos:

“15.4 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar, perante a autoridade máxima do órgão ou entidade responsável por essa seleção, o presente edital por irregularidade na aplicação da Lei, devendo protocolar o pedido por meio de petição (devidamente subscrita pelo(s) representante(s) legais da OSC ou interessados), a ser protocolizada em até 10 (dez) dias corridos antes da data fixada para a avaliação das propostas pela Comissão de Seleção, ou seja, a impugnação só será considerada tempestiva quando apresentada do dia 15/09/2023 ao dia 05/10/2023, e poderá ser feita mediante as seguintes modalidades: a) presencialmente, no protocolo da Sede da Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB (Estádio Governador Roberto Santos), situada no endereço Rua dos Rádioamadores, n os 159-357, Pítuaçu, Salvador/BAHIA, CEP: 41.740-090 e/ou b) eletronicamente, pelo encaminhamento de documento digital para





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 073/2021,  
PUBLICADA NO DOE DE 24/07/2021, E MODIFICADA PELA PORTARIA Nº 026/2022,  
PUBLICADA NO DOE DE 09/04/2022.



o e-mail institucional da Comissão de Seleção de Chamamento Público, informacao.sudesb2@sudesb.ba.gov.br, cabendo à Administração, responsável pela realização da seleção, julgar a impugnação em até 05 (cinco) dias úteis”.

Nesse diapasão, evidencia-se que o caso em tela preenche todos os requisitos previstos no Edital quanto a apresentação de impugnação, haja vista que o apelo foi protocolado por meio de petição subscrita pela representante legal da Organização, de maneira eletrônica, dirigida ao e-mail institucional da Comissão de Seleção de Chamamento Público e ao Protocolo da SUDESB, dentro do prazo estabelecido (**15/09/2023 a 05/10/2023**).

Logo, esta Comissão de Chamamento Público opinou pelo recebimento e processamento da presente impugnação, declarando a sua tempestividade.

Adentrando ao mérito, primeiramente, resta demonstrado que esta Autarquia segue o regimento jurídico do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, suas normas e princípios, em especial a isonomia, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a igualdade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo e os que lhes são correlatos, conforme previsto no art. 2º, inciso XII, da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ademais, é cristalino que a SUDESB cumpre com a obrigatoriedade de realização de Chamamentos Públicos para estabelecer suas parcerias, com vistas à consecução de finalidade de interesse público e recíproco mediante a formalização de Termo de Colaboração ou de Termo de Fomento, nos ditames da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

A previsão editalícia de entrega presencial das propostas encontra fundamento no inciso IV, §1º, art. 24 da Lei 13.019/2014, **ao estabelecer como especificação mínima do edital o local e a forma de apresentação das propostas.**

Importante registrar que, no âmbito dos Editais para celebração de Termo de Colaboração e/ou Termo de Fomento, executados pela SUDESB, tem-se a participação de diversos Municípios da Bahia. Algumas OSCs, inclusive, realizam a entrega dos envelopes por meio de prepostos domiciliados em Salvador, preenchendo petição nos moldes do Anexo 1 do Edital (Modelo de Credencial do Representante da OSC).





Nesse ínterim, compreende-se que a cláusula objeto da presente análise, respeita a competitividade do ato de convocação, motivo pelo qual pontuamos a possibilidade de indicação de mandatário para representar a entidade, podendo este praticar todos os atos necessários relativos ao respectivo Chamamento Público.

Diante disso, não merece prosperar eventual alegação de que a modalidade presencial de entrega das propostas frustra a participação das OSCs, tampouco que enseje em afronta aos princípios da eficiência, economicidade, isonomia e competitividade. Ainda assim, pontue-se que em momento algum o Impugnante considerou a possibilidade de indicação de um mandatário para a entrega presencial das propostas.

Além do mais, explicita-se que a matéria ora discutida já foi objeto de análise desta Comissão em editais análogos pretéritos, sendo as razões fáticas e jurídicas de conhecimento do Impugnante, pois o referido fez uso do seu direito de contradita em oportunidades passadas, utilizando-se dos mesmos argumentos pugnatórios em todas as oportunidades.

Não obstante, e seguindo a linha de raciocínio desta Comissão, o Ilustre Promotor de Justiça, Dr. Luciano Taques Ghignone, realizando a análise jurídica da Notícia de Fato nº 003.9.195827/2023, sobre matéria similar, entendeu que o protocolo dos documentos diretamente no órgão é prática comum, não inviabilizando a disputa, nem implicando em restrição prévia à participação.

Outrossim, considerou o *Parquet* que não há caracterização de nenhuma anomalia prática, nem mesmo jurídica, já que, em todos os editais, é prevista a entrega da documentação diretamente no órgão, tal como inexiste óbice legal para referida prática.

Visando ratificar os argumentos supramencionados, menciona-se o Edital de Chamamento público nº 02/2021 – Projetos de Eventos Esportivos de Capoeira, no qual 53 (cinquenta e três) entidades participaram da seleção para firmar Termo de Fomento.

Dessa maneira, das 53 (cinquenta e três) OSCs participantes, 23 (vinte e três) eram oriundas da cidade de Salvador/BA, enquanto 30 (trinta) de diversos municípios baianos, tais como Alcobaça, Camaçari, Feira de Santana, Gandu, Ilhéus, Ipirá, Irará, Itabela, Ituberá, Piritiba, Prado, Ribeira do Pombal, Santo Amaro, Saubara, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Valente e Vitória da Conquista.





GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 073/2021,  
PUBLICADA NO DOE DE 24/07/2021, E MODIFICADA PELA PORTARIA Nº 026/2022,  
PUBLICADA NO DOE DE 09/04/2022.



Por consequência, evidencia-se que o fato de a entrega das propostas ser de forma presencial não enseja obstáculo para as entidades que assim queiram participar do certame.

Nessa lógica, esta Autarquia decidiu por adotar a modalidade presencial de entrega das propostas, tendo em vista as especificações técnicas para operacionalização e execução do objeto dos editais de Chamamento Público realizados pela SUDESB, elaborados com base na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Estadual nº 17.091/2016, os quais expressamente dispõem sobre os requisitos que as organizações da sociedade civil devem ter para participar da celebração de Termo de Colaboração ou Termo de Fomento. Portanto, resta justificada a preservação deste aspecto no Edital.

Por fim, registre-se que a Procuradoria Jurídica, examinando o caso em testilha, emitiu Parecer, acatado pela Diretoria Geral desta Autarquia, no sentido do não provimento das razões de mérito da impugnação apresentada pela ONG Educando para a Vida, tendo em vista a lisura e legalidade dos termos presentes no edital, os quais resguardam os princípios administrativos constitucionais, em especial a isonomia, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório, o julgamento objetivo, a competitividade e os que lhe são correlatos.

Assim, diante de todo o exposto e, considerando o interesse e a moralidade administrativa, julgamos pelo **NÃO PROVIMENTO** das razões de mérito da Impugnação apresentada pela ONG Educando para Vida, tendo em vista a **LISURA** e **LEGALIDADE** das disposições editalícias, mantendo-se as disposições do Edital de Chamamento Público nº 03/2023 em sua integralidade.

Dê ciência ao interessado até 26/09/2023, último dia do prazo.

Salvador, 25 de setembro de 2023.

**Susi Crystiane Santiago Docio**

*Presidente*



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA  
COMISSÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO INSTITUÍDA PELA PORTARIA Nº 073/2021,  
PUBLICADA NO DOE DE 24/07/2021, E MODIFICADA PELA PORTARIA Nº 026/2022,  
PUBLICADA NO DOE DE 09/04/2022.



**Ana Cristina Barreto Rehem de Souza**

Membro

**Fernando Ferreira de Oliveira Junior**

Membro

**Giselle Marta de Matos Henriques**

Membro

**José Ney do Nascimento Santos**

Membro

**Mariza Alves Souza Santana**

Membro

**Sérvulo Luiz de Oliveira Campos**

Membro